



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA - UNILAB**

INSTITUTO DE HUMANIDADES - IH

BACHARELADO EM HUMANIDADES - BHU

JOSÉ LUCIANO DA SILVA MARCOLINO

A REDENÇÃO DO PRECONCEITO:

**SOBRE AS PERMANÊNCIAS DA DISCRIMINAÇÃO RACIAL NUMA CIDADE
CEARENSE**

Redenção

2019

JOSÉ LUCIANO DA SILVA MARCOLINO

**A REDENÇÃO DO PRECONCEITO:
SOBRE AS PERMANÊNCIAS DA DISCRIMINAÇÃO RACIAL NUMA CIDADE
CEARENSE**

Projeto de pesquisa apresentado ao curso de Bacharelado em Humanidades (BHU), como requisito final para a obtenção do título de Bacharel em Humanidades, sob a orientação do Prof. Dr. Itacir Luz.

Redenção

2019

**A REDENÇÃO DO PRECONCEITO:
SOBRE AS PERMANÊNCIAS DA DISCRIMINAÇÃO RACIAL NUMA CIDADE
CEARENSE**

Projeto de pesquisa apresentado ao curso de Bacharelado em Humanidades (BHU), como requisito final para a obtenção do título de Bacharel em Humanidades, sob a orientação do Prof. Dr. Itacir Luz.

Data: ___/___/___

Nota: _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Itacir Luz (Orientador) - UNILAB

Prof. Dra. Maria Carolina Costa Bernardo - UNILAB

Prof. Dr.. Arílson dos Santos Gomes - UNILAB

Agradecimentos

À minha família, em especial minha mãe Maria Rosália Da Silva Marcolino, meu pai José Lima Marcolino e meu tio Francisco

Edval da Silva, os quais se dedicaram ao máximo para eu me tornar forte e perseverante, me ensinaram a ter foco e dedicação para eu conseguir realizar meus sonhos. Os três têm papel fundamental nessa conquista.

À Joice Monteiro, uma pessoa muito especial que esteve presente no início da minha trajetória acadêmica, tanto em momentos positivos como nos negativos, me ajudando a superar os desafios e me aturando fielmente nas horas difíceis, todavia, sempre prestando seu apoio e comemorando a luz de cada conquista como se fosse sua. Agradeço de coração.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Itacir Marques Luz, por sua dedicação, paciência e compreensão, também por seus conselhos e por suas críticas, enfim, por todo suporte e incentivos mesmo durante os momentos divergentes. Muitíssimo obrigado.

Meu abraço para aqueles que fizeram e fazem parte da família Unilab, que participaram de forma direta e indireta do projeto desta instituição. Cada qual tem papel fundamental para a realização deste trabalho.

Em especial, agradeço a todos os professores do Instituto de Humanidades e Letras que deram forte contribuição para o alcance da minha formação tanto pessoal como acadêmica. Agradeço por toda troca dos saberes.

RESUMO

O presente projeto tem viés de discutir a questão do preconceito racial contra a pessoa negra, tendo em vista não ainda apenas a existente prática desse tipo de dispositivo, mas também sua legitimação por parte expressiva da sociedade. Tal problemática é aqui considerada enquanto expressão da perspectiva homogeneizante e estereotipada da sociedade, em que a pessoa negra necessariamente está associada ao passado escravista do Brasil, mobilizando-se a partir disso, preconceitos e discriminação contra esse segmento social. Diante disso, questionamos, entre outros aspectos, por que esse tipo de preconceito ainda persiste? O que o legitima? De que maneiras esse dispositivo social se impõe na realidade da população negra após a abolição? Tais indagações consistem no foco desta proposta de pesquisa, tendo como cenário de discussão a cidade de Redenção, no Ceará, uma vez que esta mesma cidade propaga o título de pioneira da abolição da escravidão no Brasil, definindo-se, portanto, como redentora dos escravizados negros, tal como seu próprio nome expressa. Portanto, caberia problematizar em que medida essa suposta iniciativa pioneira em relação à abolição se reverteu na produção de uma consciência antirracista entre a população local. Para tal, realizaremos um levantamento bibliográfico com análise de livros, artigos e textos referentes à temática em questão, juntamente com a pesquisa documental que possam trazer dados sobre o tema no contexto de Redenção e por fim entrevistas semiestruturadas com grupo focal de moradores redencionistas e das cidades vizinhas.

Palavras chaves: preconceito, racismo, passado escravista, população negra, Redenção

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	6
2. OBJETIVOS	7
2.1 GERAL	7
2.2 ESPECÍFICOS	7
3. JUSTIFICATIVA	7
4. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	10
4.1 PASSADO ESCRAVISTA E LEGITIMAÇÃO DO PRECONCEITO	11
4.2 O PÓS-ABOLIÇÃO E A QUESTÃO RACIAL	12
4.3 REDENÇÃO, PARA ALÉM ABOLIÇÃO	16
5. METODOLOGIA	21
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E OUTRAS FONTES	22

1. APRESENTAÇÃO

O cenário social brasileiro é bastante rico na diversidade, sua população representa inúmeras formas e significações. No tocante as relações sociais nem sempre se dá de maneira harmoniosa, visto que as brasileiras e brasileiros ocupam posições diferentes dentro deste território, onde alguns com o censo de superioridade prejulgam parte da população, em especial a população negra,¹ cujas relações sociais as tornam vítimas de violências raciais.

Nesse sentido, cabe averiguar da história do Brasil, para descobrir como a troca de valores entre os homens contribuiu, conseqüentemente, para um considerar ser superior ao outro. Desse pressuposto, elenca o motivo desejável para estudar a respeito. Todavia, tendo em vista, o fato, que houve um certo momento que tal marcador social nasce, isso leva a se questionar de que maneira esse preconceito se estabelece e também, a que ponto ganha forças, já que, geração após geração essa produção negativa do ser humano é repassada.

Isto posto, tal narrativa traz à tona as seguintes indagações: De onde surge o preconceito contra uma pessoa negra? Com base em que a pigmentação da pele é motivo para alguém ser inferiorizado? É daqui que me dirijo à seguinte temática na busca de entender como e/ou quais motivos sustentam e/ou legitimam o preconceito direcionado exclusivamente à população negra.

No que se refere atualmente ao preconceito racial no Brasil, a sociedade construída sobre uma estrutura marcadamente racista, onde as negras e negros são socialmente diminuídos, enquanto que, outras parcelas da população seguem um modelo baseado na superioridade. A população negra é frequentemente vista por parte da sociedade pela ótica comumente negativa, por motivo de não se encaixarem nos ideais de identidade socialmente impostos.

É de suma importância recorreremos à pesquisa para assim entender da história e da realidade do Brasil e em especial a de Redenção, visto que esta é tida como palco da libertação da população negra, símbolo de orgulho para muitos filhos da terra quicá do Brasil por seu “pioneirismo” no tocante à abolição. Tal cidade carrega em sua história dentro do contexto nacional uma marca que revela relevâncias sobre o antes e o depois da abolição, visto que, os fatos do seu passado em certa medida contribuíram para a formação da sociedade atual, além que,

¹ População negra: pretos e pardos, conforme elaboração afirmativa, política.

este município atualmente está vivendo significativas mudanças com a chegada de estrangeiros africanos, que por sua vez, vai encadear novas perspectivas na sociedade local.

O desenvolvimento desta produção, torna fundamental para contribuição social, uma vez que, acredito fielmente que as produções acadêmicas é instrumento fundamental que possibilita entender da relação social e dos aspectos humanos. Assim, produzir pesquisa é passo importante que possibilita somar com outros trabalhos referente a questão aqui apresentada.

2. OBJETIVOS

2.1. GERAL

Analisar a questão do preconceito racial contra a pessoa negra na cidade de Redenção-CE, considerando a permanência histórica e a legitimação social desse comportamento, bem como seus desdobramentos nas diferentes dimensões da vida dessas pessoas negras.

2.2 ESPECÍFICOS

- Conhecer a formação histórica e social da cidade de Redenção no que se refere a população negra;
- Identificar as políticas e práticas discriminatórias nesse contexto;
- Compreender a perspectiva da população redencionista com relação às questões raciais.
- Analisar as implicações do fator discriminatório sobre as pessoas negras;

3. JUSTIFICATIVA

Os debates relacionados às questões raciais vêm tomando cada vez mais força no Brasil contemporâneo, se desdobrando em diferentes perspectivas de afirmação negra, o que, em dada medida, também fortalece a própria luta antirracista. Porém, os trabalhos referentes à temática do preconceito racial precisa ser cada vez mais abordado nos campos acadêmicos, assim como o aprofundamento dessas discussões e sobre seus efeitos, o que, conseqüentemente, acaba contribuindo para promover a desconstrução de pensamentos preconceituosos produzidos na

sociedade e mais propriamente, do combate ao racismo, inclusive, como fenômeno a ser abordado no contexto escolar.

Esse projeto pode contribuir com as discussões sobre o tema em questão na medida em que envolve o reconhecimento e a valorização da história e cultura afro-brasileira, algo fundamental no processo de enfrentamento das ideias preconceituosas e dos estereótipos difundidos no contexto brasileiro.

Uma vez que as injustiças contra a população negra notoriamente não desapareceram com a abolição da escravatura, algo que pode ser constatado por sua presença majoritária no quadro de desigualdades sociais do país, importa saber que as atitudes discriminatórias direcionadas a esta população e as consequentes ocorrências de violência moral, física e institucional decorrem do racismo naturalizado e ilegítimo.

Logo após meu ingresso na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) passei a despertar em relação à importância desse tema, visto que nesta instituição adquiri conhecimentos sobre a história e da cultura afro-brasileira na perspectiva decolonial e não-estereotipada, bem diferentemente do que foi minha formação no Ensino Fundamental e Médio, ambos cursados na cidade Redenção, no interior do Ceará. Nesse percurso lembro que pouco ou nada era abordado sobre esse assunto, exceto em datas comemorativas, como 13 de Maio², relativa à Lei Áurea e 20 de novembro³ - Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra, ignorando, no entanto, essa questão ao longo do ano.

Recordo também que, antes do início das aulas, éramos postos para cantar o hino do município, em cujo trecho consta: *“Redenção teu nome na história, é luzeiro de eterno fulgor; Faz lembrar tão brilhante vitória, que nos enche de orgulho e de amor... Tu tiveste esta glória suprema de o primeiro grilhão rebentar...”*⁴. Além deste trecho do hino da cidade, segui ouvindo muitos outros discursos de redencionistas orgulhosos, com fala pronta, enaltecendo o

² Assinada pela princesa Isabel e por Rodrigo Augusto da Silva no dia 13 de maio de 1888, a Lei Imperial n.º 3.353. A Lei Áurea abolia oficialmente a partir desta data o regime de escravidão no Brasil. Fonte: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/385454>. Acessado em: 22 de março de 2019 às 20:46.

³ O Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra, foi instituído oficialmente pela lei n.º 12.519, de 10 de novembro de 2011. A data faz referência à morte de Zumbi, o então líder do Quilombo dos Palmares. -situado no território que compreende atualmente os estados de Alagoas e Pernambuco, na região Nordeste do Brasil. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2011/11/11/sancionada-criacao-do-dia-nacional-de-zumbi-e-da-consciencia-negra>. Acessado em: 22 de março de 2019 às 20:57.

⁴ Hino do Município de Redenção. Autor: Vital Bizarria. Música: Monsenhor Mourão

tal lugar por ter sido pioneiro no Brasil a abolir a escravidão, só que, geralmente, amenizando os fatos ao reforçar tudo apenas como ocorrência do passado.

Porém, na contramão desse discurso redencionista, cresci ouvindo histórias que eram recontadas pelas pessoas mais velhas sobre casos de extrema violência vividos pelos negros escravizados - surras, torturas -, os quais levaram alguns até mesmo a cometer suicídio. Curioso também haver entre essas pessoas mais velhas relatos de que outras cidades antes de Redenção já haviam realizado tal “proeza” de abolir a escravidão, algo que não consta nos registros oficiais da história da cidade. Em suma, minha experiência enquanto membro da população local foi basicamente marcada por uma referência negativa sobre a população negra.

Após acessar a Unilab pude ter uma compreensão real dos problemas enfrentados pela população negra no cenário nacional e, de forma articulada, o quanto é inexistente ou limitado o ensino da história e da cultura afro-brasileira nas escolas, algo fundamental para mudar a mentalidade racista vigente e que legitima as práticas discriminatórias. Cresce uma indignação com o reforço da minha participação em um projeto de extensão. Através dele, pude constatar que as escolas, mesmo localizadas em comunidades expressivamente negras, não seguiam as diretrizes previstas pela Lei 10.639/03⁵. Portanto, minha vivência nesse jogo social, onde invariavelmente os negros são os alvos privilegiados, foi me instigando a pensar em certas questões e na possibilidade de tratá-las à luz da pesquisa científica.

Entendo que a questão do ódio contra a pessoa negra é basicamente uma construção social, uma vez que houve toda uma produção negativante do imaginário sobre esse pertencimento. Abre-se, então, um leque de indagações para buscar entender o que é ser negra e negro no Brasil para além do recorte socioeconômico, posto que a discriminação desses sujeitos se mantém independentemente da classe ou nível social a que pertença. Da mesma forma, tal “enraizamento” do preconceito se utiliza de diversos meios para se efetivar, entre

⁵ A Lei 10. 639/03 torna obrigatório o ensino da história e da cultura afro-brasileira e africana em todas as escolas, públicas e privadas, do Ensino Fundamental ao Ensino Médio. Posteriormente essa lei seria alterada pela Lei 11.645/08, a qual incorpora também o ensino de História e Cultura Indígena nos referidos níveis de ensino. Lei de 9 de janeiro de 2003. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.639.htm. Sobre isso Cf.: **“Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03 / Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. “ e “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, 2004. pdf.”** <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/10/DCN-s-Educao-das-Relacoes-Etnico-Raciais.pdf>). Acessado em: 23 de março de 2019 às 10:49.

eles, a comunicação e a linguagem, notabilizando expressões como: “você está na minha lista negra”, “gato preto traz azar”, “não sou tuas negras”, “a cor do pecado”, “a ovelha negra da família”, “magia negra”, “inveja branca”.

Cabe salientar que no Brasil tem mais de 200 milhões de habitantes, onde pesquisas apontam que mais da metade da população é formada por pessoas negras, aos quais, no entanto, sofrem com a exclusão ou marginalização, sendo fato raro ocuparem lugar de destaque em cargos ou setores de decisão no mundo do trabalho. Isso aponta para a existência de barreiras para dificultar a mobilidade social e a ascensão profissional dessa população. Isso revela uma contradição com a dita “consciência nacional” quanto ao papel dos negros e negras no repertório da propalada mestiçagem como forma determinante da formação social do país.

Esta proposta de pesquisa, portanto, espera agregar mais alguns elementos ao conjunto de debates em relação ao tema, podendo vir a fortalecer a produção de conhecimento sobre as questões étnico-raciais no Brasil. Por isso, a produção de conhecimento sobre esse tema, nas suas diferentes nuances torna-se algo necessário para ampliar nossa percepção sobre a realidade na qual estamos inseridos, especialmente considerando os quase quatrocentos anos de escravidão nesse país e as implicações desse sistema social nos dias atuais.

4. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Passado escravista e legitimação do preconceito

É sabido que a história do Brasil, desde o período colonial, foi marcada pela discriminação e exploração da população negra⁶. De fato, homens, mulheres e crianças, foram trazidas da África para o Brasil num processo de extrema violência para fins de produção de riquezas em favor de certos grupos detentores do poder.

Nos portos brasileiros esses sujeitos eram desembarcados e destinados ao trabalho nas fazendas de cana de açúcar e café, em alguns casos chegando inclusive a substituir indígenas

⁶ Sobre esse passado escravista brasileiro, ver: FILHO, Mário José Maestri. **Depoimentos de Escravos Brasileiros**, São Paulo: Icone, 1988.

que estivessem submetidos ao trabalho forçado na lavoura ou em outros espaços. Assim sendo, podemos dizer que foi a partir da violência materializada como forma de tratamento que o país cresceria. Tal sistema social também resultava num desequilíbrio populacional entre os brancos e negros -escravizados ou libertos-, o que repercutia diretamente na composição do cenário social e sua dinâmica de funcionamento.

Ao analisar os pressupostos históricos na formação da mentalidade elitista brasileira, Jessé Souza (2017) salienta que, nesse período, a instituição que englobava todas as outras nesse período era a escravidão, algo que não existia em Portugal a não ser de modo muito tópico e passageiro. A base da nossa forma de família, de economia, de política e de justiça, segundo o autor, foi a escravidão. Nesse pensamento de uma classe privilegiada da sociedade, o único sujeito político reconhecido era o homem branco, e as representações femininas restringiam-se aos padrões e estereótipos impostos pelo patriarcado (COELHO, 2015).

Embora a população negra tenha trazido para o Brasil fatores relevantes no qual contribuiu enormemente para a formação da sociedade nacional, tanto do ponto de vista intelectual, tecnológico e cultural, a exemplo, culturas, linguagens, religiosidade, tecnologias sofisticadas. Contudo, a população negra contribuiu enormemente para a formação das estruturas nacionais, visto que, houve intenso compartilhamento de informações, trocas culturais (GILROY 2001). No entanto, mesmo sabendo das relevâncias da população negra o Estado nacional opta pelo desvalor deste segmento social, criando sistemas para tentar “esconder” as verdadeiras significações da população negra.

Diante desse sistema social estruturado numa ordem escravista, nem mesmo o advento da Abolição traria efetivamente melhoria nas condições de vida da população negra. Para Jessé Souza (2017), com o estabelecimento da chamada “liberdade”, a população negra se viu alcançada por um outro tipo de violência na medida em que estavam impossibilitados de atender as demandas da nova ordem social, sendo obrigados conseqüentemente a continuar realizando as funções subalternas, o que ia desde a animalização com serviços de tração muscular geralmente executado pelos homens, aos serviços domésticos para os quais as mulheres negras eram maioria.

Por seu lado, os não-negros continuavam com seus privilégios e se valendo do status social acumulado e servindo de referencial positivo ou imposto de auto-representação. Sobre isso, Lilia Moritz Schwarcz (2006) salienta que, ora tornar-se mais branco, ora reafirmar a cor

e a própria raça,⁷ tratavam-se de medidas urgentes nesse contexto de manipulações variadas, em outras palavras, é saber que a população mesmo alcançando posição “alta”, não serão imunes à violência simbólica. Afinal esse rebaixamento social é relacionado a ideia de “bárbaros africanos”, de trabalhadores braçais e manuais, incivilizados e apartados dos ganhos educacionais. Tal processo é atribuído por Jessé Sousa à influência direta dos valores e ideias burguesas difundidas no Brasil no século XIX, as quais, segundo o autor, vão legitimar a dominação social de um sobre o outro (SOUZA, 2017). Assim sendo, os costumes, os valores, as religiões e de modo geral a cultura africana terá um ar de negação dentro do cenário brasileiro.

Portanto, os colonizadores deixaram este legado de inferiorização que afeta a vida da população em geral e, principalmente, da população negra até hoje. E esse passado colonial escravista serve de base fundamento consciente ou não para legitimar a discriminação e a limitação das possibilidades dessa população ascender socialmente.

Assim sendo, a história narrada desde o período colonial transpassa por vias de fato para além da abolição no Brasil, por motivos presentes nesta sociedade veladamente racista. Frente a tal realidade, a vida da população negra é pautada em lutas, para fins de vencer os desafios herdados dessa vivência histórica, como que, por um lado as negras e negros e também muitos não negros mantem seus esforços na tentativa de bloquear as violências raciais vigente. Por outro lado, a sociedade brasileira não só continuará adotando o preconceito racial como elemento de mediação nas relações, como tenderá a sofisticar esses e outros mecanismos de discriminação mesmo após a abolição, que surge com a promessa de trazer igualdade entre as pessoas.

O pós-abolição e a questão racial

A existência do racismo no Brasil, assim como de outras atitudes discriminatórias como o machismo, o sexismo, entre outros, são fenômenos que ganham mais expressão e consolidação no país mesmo tendo havido alterações políticas e jurídicas internas, tal como a

⁷ As *raças* são, na realidade, construções sociais, políticas e culturais produzidas nas relações sociais e de poder ao longo do processo histórico. Sobre isso ver: GOMES, Nilma Lino. **Alguns Termos e Conceitos presentes no debate sobre Relações Raciais no Brasil**: Uma breve discussão, Brasília: Coleção para todos. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade: Ministério da Educação, 2005.

abolição da escravatura e o próprio início do regime republicano. Mas, apesar dos diversos dados que confirmam tal questão, o conjunto da sociedade brasileira ainda busca disfarçar a visível presença das violências raciais nas relações cotidianas.

Nesse sentido, a mentalidade discriminatória vigente no Brasil pode ser apontada como fator fundamental da legitimação dos privilégios e a população negra foi certamente um alvo específico para essas ideias. Os diversos mecanismos de produção das desigualdades que passaram a adotar no país também tem nos seus pressupostos a perspectiva discriminatória da sociedade, cuja prática foi sendo normalizada.

Como caso, surge no Brasil a ideologia de “Democracia racial”, elaborada por intelectuais, cujo o intuito era harmonizar um mundo marcado por divisões de classe, origem e cor, mas principalmente em manter o controle das populações, sobretudo negras e indígenas, amparada pelo governo brasileiro o país adota o discurso do branqueamento pondo em prática a hierarquia racial (SCHWARCZ, 2006).

Destaque-se que a ideia da democracia racial, ainda segundo a autora, tem base nas ideias apresentadas no livro “Casa-Grande e Senzala”, escrito pelo sociólogo pernambucano Gilberto Freyre, o qual vai apresentar o conjunto de argumentos que indicam o Brasil, pelas características históricas, um lugar amalgamado no convívio harmonioso das três “raças” formadoras da nossa sociedade que aqui conviviam (GOMES, 2005). Não por acaso, costuma-se acreditar e até defender publicamente que o brasileiro não é racista, não pratica preconceito e também não discrimina.

A sociedade brasileira, portanto, foi alimentada pelo discurso enganoso que não à permite reconhecer ou admitir os problemas que acometem as pessoas negras, disfarçando, com isso, as variantes do regime escravista. Sobre isso, Nilma Lino Gomes (2005) observa que o conceito de “Democracia racial” pode ser compreendido como uma corrente ideológica que pretende negar a desigualdade racial entre brancos e negros no Brasil como fruto do racismo, na medida em que afirma-se que existe uma situação de igualdade de oportunidade e de tratamento entre estes dois grupos raciais, bastando aos negros apenas algum esforço e dedicação uma vez que a sociedade supostamente premia aquelas e aqueles cujo desempenho seria condizente com os princípios do alto rendimento.

Outros seguimentos seguiram os estereótipos, ou seja, não fundaram trabalhos com base na ótica real dos períodos tratados no Brasil, como indaga Ricardo Coelho (2015) que mesmo

em seus representantes mais ilustres como Tarsila e outros, tornam-se de fato responsáveis pela elaboração da construção da identidade brasileira, onde a imagem do negro reforça estereótipos a partir de um olhar exotizador. No sentido que forja uma imagem da identidade nacional, porém como espelho do branco que projeta sua imagem e seus ideais de humanidade sobre a superfície do negro (...).

O caso leva a questionamentos: seria a produção de conhecimentos que reforçam os estereótipos ou a ausência de informação a respeito da cultura afro-brasileira. Diante disto, cabe aqui salientar o ponto de vista de Nilma Lino Gomes, quando diz:

[...] É importante saber mais sobre a história e a cultura africana e afro-brasileira, superar opiniões preconceituosas sobre os negros, denunciar o racismo e a discriminação racial e implementar ações afirmativas voltadas para o povo negro, ou seja, é preciso superar e romper com o mito da democracia racial. (GOMES, 2005, p. 60).

Fica evidente, portanto, a criação de mecanismos que constituíram/constituem de certo modo a legitimação que o grupo no qual dispõe do poder tem em suas mãos a dominação social, isso acarreta de certa maneira a permanência de privilégios que por sua vez naturaliza a desigualdade. Para tanto, o pensamento de Schwarcz (2006) fomenta que nessa sociedade estamental e, portanto, sem classes, cujo prestígio vinha do capital cultural e social acumulado, novos projetos de elevação social e distinção foram se destacando. Como também destaca Ricardo Coelho (2015, p. 06) [...], no campo da “ciência racial” do período, aventurou-se a possibilidade de que o Homem negro representasse um ser de espécie diferente! Daí já se pode deduzir em que medida a alteridade se fundava naquele contexto: só reconheço o outro na medida em que ele apareça com meu reflexo.

É tanto que dentro da sociedade o negro reflete inferioridade e atraso, pois as sociedades humanas foram classificadas em estágios civilizatórios diferentes, de modo que os negros foram determinados por características físicas, morais e culturais, ou seja, entrando em campo a cor da pele, forma do nariz, textura do cabelo, modos e costumes culturais, com isso, considerou estes como incivilizados já que suas vidas seguiam na contramão da forma tida como modelo adequado, (DANTAS, 2010).

A sociedade brasileira no decorrer do seu percurso histórico apresentará violências de racismo, como também de desigualdade racial, notoriamente tais mecanismos usam o preconceito como forma de barrar a população negra da integração.

Diante das injustiças a comunidade negra criou mecanismos para combatê-las, sobre o Estado de direitos no pós-abolição. A destacar o jornal *O Homem de Côr*, pioneiro na imprensa negra no Brasil, este veio pôr em xeque as efetivas condições de realização das promessas regidas de uma democracia moderna (PINTO, 2006), juntamente com o mesmo propósito surgiram várias organizações sociais até antes da abolição sendo contra o sistema escravista e depois denunciando as injustiças e reivindicando direitos (SOUSA, 2006).

Tão importante quanto os demais grupos a nível nacional no protagonismo negro em tencionar o Estado no pós-abolição, é valer apresentar o Estado cearense no tocante ao surgimento do Movimento Negro Contemporâneo no Ceará, sua função equivale por vias de fato a busca pela redefinição e de recusa dos estigmas sociais imputados aos negros e a sua auto-afirmação. Importa que, os discursos e ações político-sociais dos negros militantes no Ceará encadeiam de certo modo o lugar de fala desses sujeitos, sobretudo, elencando tal consciência dos seus papéis a frete da luta no combate a interiorização (SOUSA, 2006).

Os desafios e lutas da população negra não cessam, a exemplo Ricardo Coelho (2015) destacando que a relação entre povos no Estado brasileiro é determinada pela ótica da superioridade, como destaca em seu artigo que a fala do superior era para ser igual a mim você deve se submeter ao meu domínio. A intensidade da violência se reveste de uma crença fundada de uma ciência de cunho fortemente racial.

Outro ponto que não se pode negar no Brasil é a existência substancial do racismo, este por sua vez se mostra também pelas variações do tom da pele até ao pertencimento cultural da pessoa, como relata Gomes (2005, p. 52):

[...] O racismo é, por um lado, um comportamento, uma ação resultante da aversão, por vezes, do ódio, em relação a pessoas que possuem um pertencimento racial observável por meio de sinais, tais como: cor da pele, tipo de cabelo, etc. Ele é por outro lado um conjunto de idéias e imagens referente aos grupos humanos que acreditam na existência de raças superiores e inferiores. O racismo também resulta da vontade de se impor uma verdade ou uma crença particular como única e verdadeira.

Para tanto, dentro da conjuntura nacional, ainda como destaca a referida autora não existe apenas um único “racismo”. O racismo se expressa de duas formas interligadas: a individual e a institucional. Está intelectual salienta que na forma individual o racismo manifesta-se por meio de atos discriminatórios cometidos por indivíduos contra outros indivíduos; podendo atingir níveis extremos de violência, como agressões, destruição de bens

ou propriedades e assassinatos. Já na forma institucional do racismo se manifesta sob a forma de isolamento dos negros em determinados bairros, escolas e empregos. Estas práticas racistas manifestam-se, também, nos livros didáticos tanto na presença de personagens negros com imagens deturpadas e estereotipadas quanto na ausência da história positiva do povo negro no Brasil. Manifestam-se também na mídia (propagandas, publicidade, novelas) a qual insiste em retratar os negros, e outros grupos étnico/raciais que vivem uma história de exclusão, de maneira indevida e equivocada.

Há de se considerar que tal forma de violência não possui somente viés ideológicos e particular de um indivíduo, ela transcende o campo institucional brasileiro, ficando notório o quanto é estrutural estes estigmas na formação do Estado nacional.

Redenção para além abolição

A nossa sociedade ocidental é definida por sua história, cheia de marcos que implica mudança na formação de identidades e da nação. Como no caso, à abolição da escravatura, no qual dá conta de uma grande narrativa de vitória brasileira. Entretanto, a abolição não implicou apenas liberdade, esta significou para os libertos, discriminação, indesejados do novo tempo e esquecidos pela República⁸, assim sendo, surge lugar de subalternidade.

Diante desse esboço das histórias que narram a vida da população negra no Brasil desde de sua chegada, muitas cidades brasileiras se apresentam como palco relevante para a sociedade negra em vários aspectos, mas principalmente no que tange a abolição. Redenção, uma cidade situada no Ceará, é uma das tantas que se destaca quando o assunto é abolição da escravatura. Reportando ao seu passado uma frase se popularizou na Vila Acarape foi “nesta terra não há mais escravos”, está surge após Francisco Benvindo de Vasconcelos liberta seus escravos, é em decorrência desse fato que tal município passa a se chamar Redenção (RIBEIRO, 2012).

Haja vista, era delegado a população negra dentro de tal contexto a submissão. Idem de reparar que na escravidão há sempre aquela pessoa que possui o direito de posse sobre o outro,

⁸ Disponível em: http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id...Itemid=23. Acessado em: 23 de março de 2019 às 11:58.

isso torna a relação entre o escravizador e o escravo um tanto desfavorável para os que estão sobre domínio.

Por sua vez, torna notório e evidente que no Estado nacional e de igual modo em Redenção-CE a predominância estabelecida refere-se à comunidade negra como sendo fraca tanto do ponto de vista social, intelectual e cultural. Como não bastante, ver-se também o esforço do restante da sociedade em manter este grupo em tal posição de inferioridade. Para tanto cabe aqui o pensamento de Jessé Souza no qual afirma:

[...] Os seres superiores seriam mais democráticos e honestos do que os inferiores, como os latino-americanos, por exemplo. Torna-se invisíveis os processos históricos de aprendizado coletivo e se criam distinções tão naturalizadas e imutáveis quanto a cor da pele os supostos atributos raciais (SOUZA, 2017, p. 16).

No tocante ao pensamento de Jessé Souza, ver-se similaridade com a ideia que Lourenço Cardoso aborda, uma vez que o segundo sociólogo enfatiza, “No início da colonização na América, diante da dualidade civilizado e selvagem, o branco representa o civilizado”. (CARDOSO, 2010, p. 54).

Ao pensar, o passado redencionista continha em alguns a presença do sentimento de autoridade para com outros, ou seja, aqueles de ascendência africana e os brasileiros negros passavam diariamente por olhares, gestos e atos discriminatórios.

A discriminação operante se estende por meios de mecanismos culturais, no qual, julga determinados segmentos sociais por não se enquadrarem naquilo posto como certo pelo colonizador, de modo que, diante da complexidade do caso até os estudiosos do assunto vigente diferem em seus pensamentos, para tal, vale realçar o pensamento e trabalho da socióloga Nilma Lino Gomes (2005), onde segundo ela as relações raciais no Brasil devem de modo serem bem estudadas, uma vez que a mesma fomenta a existência de discordância entre os autores, intelectuais e militantes ao abordarem o assunto em questão.

Sabe-se que a história da população negra é comumente repassada para a sociedade brasileira pela representação apenas do ponto de vista do “Outro” dominador, geralmente branco. Desta maneira, perpetua-se a narrativa da subjugação e humilhação desse outro, no caso, a população negra, como um dado natural da história nacional. (MUNANGA, 2005).

Diante disso Nilma Lino Gomes aborda termos e conceitos que segundo ela é de suma importância, uma vez que, irão explicar para a sociedade brasileira em especial a de Redenção seus significados, suas definições. De antemão, entende-se a importância de certos termos/conceitos, uma vez que apresenta na realidade uma forma de compreensão do que está em jogo no campo das relações raciais no Brasil. Primeiro, como considera Nilma Lino Gomes (2005, p.41):

[...] “a identidade não é algo inato”. Visto que hoje em dia a identidade também da conta do modo de ser no mundo e com os outros. Sem dúvidas, é a representação do eu ao qual irá gerar um fator importante na criação das redes de relações e de referências culturais dos grupos sociais”.

Portanto, a sociedade passa a funcionar da negociação e interação com o outro, visto que dentro do campo social contém indivíduos de diferentes grupos étnicos, além que, podem pertencer a diferentes classes ou níveis sociais. Desse pressuposto, a organização social é caracterizada por interesses, visto que, cada membro possui sua própria perspectiva de vida.

Nesse sentido, a inegável construção social que pendeu a valorizar a tudo que vinha do colonizador, irá de modo utópico negar a importância da cultura afro-brasileira e de modo geral da população negra, isso reflete a realidade de boa parte do Brasil desde o período escravista.

Tal narrativa traz à tona o conceito de Identidade negra, cujo é sabido como uma construção social, histórica, cultural e plural, ou seja, parte da ação baseada nesta construção, onde a partir do olhar de um grupo étnico/racial ou de sujeitos que pertencem a um mesmo grupo étnico/racial, implicará estereótipos sobre si mesmos, a partir da relação com o outro (GOMES, 2005). É notório que os julgamentos delegados a identidade negra são de violências múltiplas e não é/são praticado(os) por um grupo apenas, de modo sucinto nota-se que a sociedade brasileira exercita por tal violência.

Essa realidade nacional é vista pela pesquisadora brasileira Nilma Lino Gomes que entende e define, “O preconceito como atitude não é inato. Ele é aprendido socialmente. Nenhuma criança nasce preconceituosa” (GOMES, 2005, p. 54). Ou seja, cada indivíduo representa aquilo que lhes é ensinado, de maneira que, se no seu convívio aprender a respeitar o próximo tal como ele é, assim o fará, mas se lhes ensinarem a desrespeitar este também seguirá tais ensinamentos com êxito.

Diante disso, nota-se que dentro da sociedade nacional quem ocupa posição de inferiorizar o outro é rodeado de privilégios simbólicos, subjetivos, objetivo, isto é, materiais palpáveis que colaboram para construção social e reprodução do preconceito racial, discriminação racial “injusta” e racismo, onde este pensador conceitua como “branquitude” (CARDOSO, 2010, p. 50).

Em outros termos, independentemente da posição social ou cultural do indivíduo, mais comumente os negros, em muitos casos são perseguidos por não se encaixar no padrão estabelecido no âmbito local, portanto, tal ideia coloca a população negra na mira do preconceito racial atuante de forma variáveis no Brasil.

Sobre isso, Lilia Moritz Schwarcz (2006) afirma que tal identidade se configura, ter certeza da cor negra é compactuar da evidência da exclusão social. É ter certeza da discriminação e sofrer, cotidianamente, com ela. Significa ser barrado em certos locais, ter o carro inspecionado, ser obrigado a mostrar documentos com frequência maior que os demais e assim vamos. Nessa perspectiva a autora ainda complementa:

[...] afinal, a cor indica um lugar socialmente reconhecível e pré-estabelecido, mas passível, quiçá, de transformações quando associada à uma posição social e de classe. [...] é só nessa perspectiva é que se pode entender como cor significa uma forma simbólica de se inserir na sociedade e de agenciar marcadores disponíveis. (SCHWARCZ, 2006, p. 5)

Tendo posto, estas questões nos quais permeiam as diferenças no tocante a relação social, rapidamente vem em pauta os costumes estabelecidos e que na contemporaneidade geram conflitos, pois na sociedade atual ainda é perceptível o modelo tido com ideal de homem branco, cristão, homossexual e ocidental. Diante disto, se determinado grupo reafirma a diferença vai acarretar a presença de estereótipos.

Neste sentido, o cenário brasileiro vem a originar e estabelecer dentro dos aspectos sociais o desvalor no que tange a população negra, de modo, a ocorrer o pré-julgamento de indivíduos que são vistos por muitos tendo algo em comum com a escravidão. Como ressalta Nilma Lino Gomes (2005, p. 54):

[...] O preconceito é um julgamento negativo e prévio dos membros de um grupo racial de pertença, de uma etnia ou de uma religião ou de pessoas que ocupam outro papel social significativo. Esse julgamento

prévio apresenta como característica principal a inflexibilidade pois tende a ser mantido sem levar em conta os fatos que o contestam. Trata-se do conceito ou opinião formados antecipadamente, sem maior ponderação ou conhecimento dos fatos. O preconceito inclui a relação entre pessoas e grupos humanos. Ele inclui a concepção que o indivíduo tem de si mesmo e também do outro.

Em seu trabalho, ao tratar do preconceito racial a autora traz a luz fatores que implicam nos meios concretos de marginalização, do qual, tenta por meio do preconceito racial desvalorar a pessoa negra, essa prática também nos remete a outros impactos, chegando a ser mais sutis ou agressivos, causados pelo mero fato do sujeito portar as características de/ou aproximação com a afro-descendência.

Desse pressuposto, nos dias atuais vê-se claramente o discurso das pessoas sendo oposição ao preconceito contra a pessoa negra, porém o âmbito nacional continua sendo palco de tais práticas injustas, as vezes de forma sutil, hora de forma explícita. Evidente que ao longo do tempo o discurso reprovativo acerca deste assunto, de certo modo mudou a forma do preconceito operar, no entanto, seu papel permanece sendo o mesmo, mudando apenas a forma operante.

Por conseguinte, de acordo com Conselho Nacional de educação (2004), importa dizer que, a comunidade afro-brasileira ao longo de sua história vive com a ausência de reconhecimento, de valor e de afirmação dos direitos sociais, civis e econômicos, bem como o pouco crédito no tocante a diversidade daquilo que distingue os negros dos outros grupos que fazem parte da população brasileira. Considera-se então que, as pessoas de Redenção e do resto do Brasil deve mudar discursos, raciocínios, gestos, posturas e a maneira de tratar as pessoas negras.

Assim sendo, inferimos que o trabalho aqui exposto a partir da concepção do preconceito racial constituirá um meio relevante no almejo de identificar a totalidade do racismo que é posto em prática no âmbito nacional, e com mais especificidade na cidade de Redenção. No mais, terá viés de nos prestar auxílio para compreendermos como tal preconceito se manifesta no cenário aqui falado, considerando logicamente o passado escravista, a perspectiva redencionista diante das relações raciais, visto que, na cidade contém branda parte da população negra. É com esse conceito que entraremos em campo na busca por mais

elementos que possam identificar a presença do racismo no local estudado, assim propiciando problematizar a ideia prevalecente que por sua vez, esconde tal ato.

5. METODOLOGIA

Este trabalho propõe-se a refletir sobre a construção do preconceito racial, tendo como cenário de pesquisa a cidade de Redenção-CE, observando como as relações raciais são vivenciadas pelos moradores locais e qual a vinculação de tal comportamento no seu passado escravista, apesar do discurso vigente sobre seu caráter libertador.

Para tanto, o trabalho partirá de um levantamento bibliográfico, uma vez que Antônio Carlos Gil (2002) afirma que tal procedimento poderá trazer possibilidade de aquisição de dados/informações no tocante ao tema mais amplo, assim como agregar elementos à compreensão do fenômeno específico em destaque. Nos propomos também a desenvolver uma pesquisa de caráter documental em busca dos possíveis registros de épocas anteriores da cidade de Redenção e mais amplamente do estado do Ceará, ao que recorreremos a arquivos da Prefeitura Municipal de Redenção, assim como a verificação das leis deste município afim de conferir se existe lei/leis que contempla/contemplem a história e cultura afro-brasileira, como complemento, também será averiguados os arquivos do Museu Memorial da Liberdade situado neste município, além dos eventuais acervos particulares porventura existentes na região que possam nos trazer dados sobre o tema no contexto de Redenção.

Desse modo, esperamos reunir elementos substanciais sobre as relações sociais locais e principalmente no tocante à questão do pertencimento racial. Como salienta Jackson Ronie Sá-Silva:

[..] Tanto a pesquisa documental como a pesquisa bibliográfica têm o documento como objeto de investigação. No entanto, o conceito de documento ultrapassa a idéia de textos escritos e/ou impressos. O documento como fonte de pesquisa pode ser escrito e não escrito, tais como filmes, vídeos, slides, fotografias ou pôsteres. (SÁ-SILVA, 2009, p. 5)

Na execução da pesquisa realizaremos entrevistas com moradores da cidade de Redenção e das cidades vizinhas, serão entrevistadas vinte pessoas de cada cidade para

obtermos informações relacionadas direta ou indiretamente ao aspecto étnico-racial (GIL, 2002). Como abordo por Prodanov e Freitas (2013) o quão é importante entrevistar, de então, esse levantamento se dará por meio de entrevistas semi-estruturadas, onde os participantes podem ter idade de/entre dezoito à oitenta anos, pertencentes à ambos os sexos e que se considerem pertencentes a comunidade negra, uma vez que estes autores salientam que as respostas poderá dar conta das relações da aquisição dos relatos daqueles que se candidatarem a tal entrevista sobre a questão em pauta preservando à/ao entrevistada/entrevistado relativa margem de “liberdade de manifestação” do seu pensamento.

Tal pesquisa, portanto, valerá de instrumento fundamental para o pesquisador trabalhar observando, analisando e interpretando dados coletados. Uma vez concluída, a pesquisa servirá como referencial na discussão do tema, contribuindo para o debate acerca das questões de preconceito, discriminação e racismo.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARDOSO, Lourenço. **“Retrato do Branco Racista e Antirracista”**, 2010. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/1279>>. Acesso em: 12/12/2018.

COELHO, Ricardo. **“Corpo, cor e alteridade”**. Instituto de Artes da Unesp de São Paulo, 2011/2015. <http://www.ia.unesp.br/Pos-graduacao/Stricto-Artes/tese—ricardo-coelho.pdf>.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **“Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana”**. Brasília, 2004. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/informacao-da-publicacao/-/asset_publisher/6JYIsGMAMkWI/document/id/488171>. Acesso em: 22 dez. 2018.

DANTAS, Carolina Vianna. et al. **“Racialização e mobilização negra nas primeiras décadas republicanas”**. In: **Cadernos PENESB - Revista do Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira**. Faculdade de Educação - UFF, Editora Alternativa/EdUFF, Rio de Janeiro, 2010.

FILHO, Mário José Maestri. **“Depoimentos de Escravos Brasileiros”**. São Paulo: Editora Iconi, 1988.

GIL, Antônio Carlos. **“Como Elaborar Projetos de Pesquisa”**. 4. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A. 2002.

GILROY, Paul. **“O Atlântico Negro. Modernidade e dupla consciência”**. São Paulo/Rio de Janeiro: Editora 34/Universidade Candido Mendes, 2001.

GOMES, Nilma Lino. et al. **“Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão”**. In: **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03**: História. Coleção para todos. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – Brasília: Ministério da Educação - 2005.

MUNANGA, Kabengele. et al. **“Superando o racismo na escola”**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília, 2005.

PINTO, Ana Flávia Magalhaes. **“De pele escura e tinta preta: A imprensa negra do século XIX”**. Universidade de Brasília - Instituto de Ciências Humanas – Departamento de História – Programa de Pós-Graduação. Brasília, 2006

PRODANOV, Cristiano Cleber; FREITAS, Ernani Cesar de. **“Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico”**: 2. ed. Rio Grande do Sul: Editora Feevale, 2013.

RIBEIRO, Fabrício Américo. **“UNILAB: Políticas Educacionais e as Transformações do Espaço Urbano em Redenção”**. Universidade Estadual do Ceará – Pós-graduação e Pesquisa Centro de Ciências e Tecnologia. Fortaleza, 2012.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie. et al. **“Pesquisa Documental: pistas teóricas e metodológicas”**. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais, [S.l.] 2009.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **“Do preto, do Branco e do Amarelo: sobre o Mito Nacional de um Brasil (bem) mestiçado”**. Revista Ciência e Cultura. vol.64 no.1 São Paulo Jan. 2012 (on line). Acesso em: 02. ago. 2017.

SOUSA, Antonio Vilamarque Caruaíba de. **“Da “Negrada Negada” a Negritude Fragmentada: O movimento Negro e os discursos identitários sobre o negro no Ceará (1982-1995)”**. Universidade Federal do Ceará – Centro de Humanidades – Departamento de História – Mestrado em História Social. Fortaleza, 2006.

SOUZA, Jessé. **“A elite do atraso: da escravidão a lava jato”**. Casa da Palavra/Leyla, 2017.

PORTAIS/SITES:

GGN O SITE DE TODOS OS BRASIS. **Como é ser negro no Brasil, por Milton Santos**. Disponível em: <<https://jornalggn.com.br/direitos/como-e-ser-negro-no-brasil-por-milton-santos/>>. Acesso em 19 de março de 2019.

COLA DA WEB. **Preconceito Racial**. Disponível em: <<https://www.coladaweb.com/sociologia/preconceito-racial>>. Acesso em 19 de março de 2019.

GELEDES INSTITUTO DA MULHER NEGRA. **Casos de racismo**. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/>>. Acesso em 20 de março 2019.

SENADO FEDERAL. **Decreto da extinção da escravidão no Brasil**. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/385454>>. Acesso em 22 de março de 2019.

SENADO FEDERAL. **Sancionada criação do Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra.** Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2011/11/11/sancionada-criacao-do-dia-nacional-de-zumbi-e-da-consciencia-negra>>. Acesso em 22 de março de 2019.

PLANALTO. **Lei que torna obrigatório inclui no currículo da Rede de Ensino a “História e Cultura Afro-Brasileira”.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.639.htm>. Acesso em 23 de março de 2019.

IPEA. **História – O destino dos negros após a abolição.** Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id...Itemid=23>. Acesso em 23 de março de 2019.